Análise de modelos e práticas para o desenvolvimento regional: o caso comunidade Palmeiras, Mimoso do Sul, estado do Espírito Santo, Brasil

Analisis de modelos y practicas para el desarrollo regional: el caso de la comunidad de Palmeiras, Mimoso do Sul, estado de Espiritu Santo, Brasil

Analysis of models and practices for regional development: the example of Palmeiras community, Mimoso do Sul, state os Espirito Santo, Brazil

Este artigo consiste analisar os modelos teóricos sobre desenvolvimento local, comparando-os com as práticas de um caso estudado em comunidade rural. Objetiva analisar a eficácia dos resultados obtidos pelo associativismo como apoio ao desenvolvimento econômico regional. A análise associa conceitos de Desenvolvimento Local, Associativismo e Arranjos Produtivos Locais. É uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, incluindo revisão bibliográfica e pesquisa de campo na comunidade rural de Palmeiras, em Mimoso do Sul, município localizado no sul do Estado do Espírito Santo, Brasil. Os requisitos e suas principais condições para o desenvolvimento regional sustentável são marcadamente caracterizados: estabelecimento de governança, aquisição de força social e plano concreto de ação.

This article consists in analyzing the theoretical models about local development, comparing them with the practices of a case studying a rural community. It aims to analyze the effectiveness of the results obtained by the associations as support for regional economic development. The analysis combines concepts of Local Development, Associations and Local Productive Arrangements. It is an exploratory research of qualitative nature, including bibliographical review and field researching the rural community of Palmeiras in Mimoso do Sul, a municipality located in the southern state of Espírito Santo, Brazil. The requirements and its main conditions for sustainable regional development are markedly characterized: establishment of governance, acquisition of social power and concrete plan of action.

Este artículo consiste en el análisis de los modelos teóricos sobre el desarrollo local, comparándolos con las prácticas de un estudio de caso en una comunidad rural. Su objetivo es analizar la eficacia de los resultados obtenidos por las asociaciones como apoyo para el desarrollo económico regional. El análisis combina los conceptos de Desarrollo Local, Asociaciones y Arreglos Productivos Locales. Se trata de una investigación exploratoria de carácter cualitativo, incluyendo revisión bibliográfica y tr abajo de campo en la comunidad rural de Palmeiras en Mimoso do Sul, un municipio situado en el sur del estado de Espírito Santo, Brasil. Los requisitos y sus principales condiciones para el desarrollo regional sostenible se caracterizan notablemente: el establecimiento de la gobernabilidad, la adquisición de poder social y un plan de acción concreto.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Sustentabilidade, Arranjos Produtivos Locais.

Autores:

Laerte Ferreira Serpa Filho

Professor da faculdade de administração da Universidade Estácio de Sá. Professor da faculdade de Administração da Universidade Gama Filho, Professor da Facultec, Campos, nas áreas de Introdução à Administração, à Economia, Teoria Geral da Administração. Gestão de Pessoas, e Marketing. Professor convidado da ESANFF/FGV Campos.

Email: laerteserpa@uol.com.br

Marcelo Jasmim Meiriño

Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor credenciado no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Gestão (LATEC/UFF); Doutor em Engenharia Civil (UFF), ênfase em Gestão, Produção, Qualidade e Desenvolvimento Sustentável. Arquiteto e Urbanista (UFRJ); Mestre em Engenharia Civil (UFF); Engenheiro de Segurança do Trabalho (UFF).

Email: Marcelo@latec.uff.br

Oswaldo Luiz Gonçalves Quelhas

Coordena o Latec-UFF (Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente), Vice Coordenador do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão do Departamento de Engenharia de Produção, UFF. Coordenador do Doutorado em Sistemas de Gestão Sustentáveis (2013). Coordenador do Convênio entre UFF e Universidade Politécnica de Madrid. Professor do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção/UFF.

Email: quelhas@latec.uff.br

Sergio Luiz Braga França

Doutor em Engenharia Civil (UFF), ênfase em Gestão, Produção, Qualidade e Desenvolvimento Sustentável. Graduado em Engenharia Civil (UFF). Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFF). Auditor Líder em Sistema de Gestão Ambiental (BVQI). Avaliador líder do Prêmio Qualidade Rio (PQRio). Professor Adjunto II do Departamento de Engenharia Civil (UFF).

Email: sfranca@latec.uff.br

introdução

A dimensão local tem adquirido uma importância cada vez maior no processo de desenvolvimento econômico na medida em que há uma clara percepção de que é nela que está embutida a capacidade de se mobilizar as vantagens comparativas, cuja viabilidade depende não só da geração de novos conhecimentos, como também do aprendizado, o qual se constitui num elemento vital na capacidade local de competição por estar intrinsecamente relacionado à cooperação entre os diversos agentes. (mançano, 2008). de acordo com a concepção de desenvolvimento, em que o ambiente local é parte fundamental do processo de desenvolvimento econômico, e também da falta de políticas industriais nacionais, os agrupamentos (clusters) industriais passaram a ganhar um interesse na medida em que externalidades positivas, tais como geração de emprego, aumento das exportações, crescimento econômico, novos investimentos, inovações tecnológicas, aumento de renda, etc., são geradas a partir da aglomeração espacial de empresas. A formulação do conceito dos Arranjos produtivos locais (Apls) se insere exatamente dentro desse contexto. O conceito de APL é relativamente amplo à medida que abrange variados tipos de agentes (econômicos, políticos e sociais) cujos vínculos são incipientes; a participação e a interação de empresas, o que inclui as suas diversas formas de representação e associação; e muitas outras instituições (públicas e privadas) direcionadas para a formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (Cassiolato e lastres, 2003). observam-se, entretanto, diversos modelos de desenvolvimento local. A ampliação do conceito de desenvolvimento local permitiu captar formas de aglomerações territoriais de diversos agentes que, com políticas públicas, podem gerar potenciais efeitos multiplicadores na economia.

Formulação do problema

podem ser ressaltados os conceitos relativos a Apls. Um aspecto importante é o fato da participação e da interação dos diferentes agentes a serem considerados elementos-chave na promoção do desenvolvimento local. essa preocupação, que perpassa toda a literatura sobre Apls, tem a sua razão de ser na medida em que a interação entre os diversos agentes é condição *imprescindível* para a elevação da competitividade das empresas e, conseqüentemente, da localidade. A dificuldade de cooperação entre os agentes é uma realidade exemplificada pela literatura sobre APLs. É neste contexto que o associativismo se insere e que pode complementar as experiências com APLs. O associativismo desempenha papel relevante no processo de desenvolvimento econômico local, uma vez que a condição essencial para o desenvolvimento das associações é a cooperação dos associados e a sua plena participação nas decisões e nos negócios (mançano, 2008).

Apresenta-se como questão de pesquisa, para direcionar os estudos neste artigo: quais são os modelos e as práticas para o desenvolvimento local, associadas à gestão sustentável?

Quais são os requisitos necessários a eficácia do desenvolvimento local?

Objetivo da Pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa foi desenvolver análise sobre os métodos e as práticas de associativismo visando o desenvolvimento regional. esta análise contribui para ampliar o conhecimento sobre o tema, auxiliar na compreensão das características do contexto que aumentam ou diminuem a eficácia dos resultados.

Delimitação da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada durante o período os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. O caso estudado foi a AMOP – Associação de moradores da comunidade de palmeiras, na cidade mimoso do Sul, estado do espírito Santo, brasil.

Revisão da literatura

Desenvolvimento Local

Sabe-se desde há muito que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado, uma vez, que é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Portanto, é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

para boiserie (2000, p.166), o desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de câmbio estrutural que conduz a uma melhoria no nível da qualidade de vida da população local, no qual se podem identificar três dimensões: uma econômica, em que os empresários locais competitivos nos mercados; outra, sociocultural, em que os valores e as usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos suficientes para ser instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegendo de interferências externas e impulsionando o desenvolvimento local.

Segundo buArque (2004), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando se trata de novas formas de dinamizar o desenvolvimento, é importante se ter claro, que o território, embora deva desenvolver-se de forma economicamente sustentável, deve ser compreendido e analisado não somente à partir de suas variáveis econômicas ou geográficas, segundo FURTADO (2005), “o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. desse ponto de vista, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico”.

o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. HAVERI apud BUARQUE (2004) argumenta que “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Dessa forma, a expressão “desenvolvimento local”, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico

e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, não sendo possível separar a interdependência existente entre todas essas variáveis. Segundo ZAp AtA (2001), o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que podem constituir seu potencial de desenvolvimento.

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas situadas em um mesmo território geográfico. O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAp AtA, 2001; cAmpoS, 2003).

A estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micros e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, por meio da cooperação, da construção de parcerias e da constituição de pactos de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade (ZAp AtA, 2001; cAmpoS, 2003).

A visão do desenvolvimento econômico local, segundo ZAp AtA (2001), supõe um planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento das economias. Essa visão conduz a uma estratégia que deve acompanhar os esforços do ajuste macroeconômico e externo, com atuações orientadas para obter a introdução de inovações tecnológicas, de gestão e sócio-institucionais no conjunto dos diferentes sistemas/ arranjos produtivos locais e do tecido empresarial existente.

Afirma SILVEIRA (2006), que uma nova visão política está surgindo, no que se refere ao conceito de desenvolvimento local:

os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à perspectiva do desenvolvimento local, não é o protagonismo do estado ou das grandes instituições: é, seguramente, o protagonismo local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu próprio projeto de mudança, como sujeitos de seu desenvolvimento, a través da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.

ressalta prÉvoSt (2005) que o desenvolvimento local somente se torna possível na medida em que os agentes locais sejam o centro do desenvolvimento, ou seja, todas as forças indutoras do desenvolvimento deverão ser focadas no intuito de valorizar os potenciais locais dinamizando e estimulando as iniciativas econômicas já existentes, através da coerência dos atores envolvidos e da capacidade desses, em associar de modo harmônico um conjunto variado de processos e elementos, que seja comum a todos.

entretanto, o desenvolvimento somente será viabilizado naquelas localidades que forem capazes de mobilizar as suas vantagens comparativas num intenso processo que requer efetivamente diálogo, sendo que este diálogo tem de ser, por necessidade, gerador de novos conhecimentos e indutor de aprendizado, que assume importância capital. De fato, o aprendizado depende

não só do conhecimento, condições de suporte e infra-estrutura, mas principalmente da cooperação, que vem a ser um elemento crucial no potencial local de competição na medida em que está assentada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso, segundo SerrA e pAulA(2007).

o reconhecimento da importância da dimensão local no processo de desenvolvimento econômico acabou por despertar um novo interesse pela questão das aglomerações industriais, principalmente pelo fato de que a literatura econômica apontava-as como sendo responsáveis pela geração de externalidades positivas. Segundo vargas (2002), o ressurgimento do local ou da região como lócus desvantagens competitivas e inovativas está diretamente relacionado a algumas experiências bem sucedidas, como é o caso dos distritos industriais da terceira Itália, o Vale do Silício na Califórnia, Baden-Württemberg na Alemanha, etc. Marshall (1982), define que as aglomerações de empresas num mesmo espaço geográfico geravam externalidades positivas, que nada mais eram do que o resultado dos ganhos advindos da proximidade das empresas e também do aproveitamento de vantagens externas comuns. Três fatores passaram a estar relacionado à permanência das empresas num mesmo espaço territorial: 1) a formação de um mercado local com constante mão de obra especializada; 2) o fornecimento de matérias-primas e de produtos intermediários, o que significava a mitigação de crises momentâneas de abastecimento e, ao mesmo tempo, a redução do custo de material e de deslocamento; e 3) a possibilidade da difusão do conhecimento tecnológico entre as empresas através do contato comercial e social.

o pioneirismo de marshall teve desdobramentos significativos, uma vez que eles não ficaram restritos à dimensão espacial. De fato, a aglomeração industrial proporcionou um maior grau de competitividade na medida em que as empresas passaram a investir no processo de inovação tecnológica. cabe aqui ressaltar que a literatura econômica teve um ganho considerável com as contribuições de Schumpeter, que destacava o papel da inovação tecnológica no processo de desenvolvimento capitalista. Apesar de o foco inicial estar centrado na figura do empresário, que era concebido como o agente mais importante no processo de inovação, sua análise foi ampliado de modo a abranger os laboratórios de p&d e as instâncias coletivas como elementos importantes para o processo de inovação tecnológica.

Outra contribuição teórica significativa foi dada pela corrente neoschumpeteriana, que centrou sua atenção nas relações externas das empresas, sendo estas entendidas como o fator primordial na explicação do processo de inovação tecnológica e de competitividade das empresas. Neste sentido, o ambiente cooperativo externo às empresas passou a ser determinante na compreensão da dinâmica competitiva das empresas, o que significa dizer que o alvo das preocupações passou a ser direcionado para o processo de aprendizado tecnológico, que demandava acumulação de conhecimento individual e a interação com outros agentes para que soluções para os problemas pudessem emergir.

Essa constatação foi determinante para que toda uma corrente de investigação passasse a dirigir a sua atenção para as experiências bem sucedidas de aglomeração industrial. É exatamente dentro deste quadro que ocorreu a formulação do conceito de Arranjos produtivos locais (APLs), objeto da próxima seção.

Arranjos Produtivos Locais

SuzlgAN, gArcIA e futAdo (2005) salientam que a definição de APLs não é tarefa trivial e nem isenta de controvérsia,

uma vez que eles podem assumir diversas características, que dependem de sua história, evolução, organização institucional, contextos culturais e sociais, localização da sua estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, associativismo, cooperação entre os atores, formas de aprendizado e grau de difusão do conhecimento especializado local.

Apesar das dificuldades, CASSIOLATO e LASTRES (2003) definiram os APLs como:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes, geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

O conceito de APLs é amplo o suficiente para abranger qualquer tipo de indústria ou especialização. ele não aponta para a intensidade das especializações das empresas, para as atividades que estão sendo incluídas e nem para a abrangência geográfica onde as empresas estão operando. CASSIOLATO e IASTreS (2003) salientam que:

o argumento básico do conceito adotado pela rede é que onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em torno da mesma [...]. tais arranjos variarão desde aqueles mais rudimentares a aqueles mais complexos e articulados. Desta forma consideramos que o número de arranjos produtivos locais existentes no Brasil seja tão grande quanto à capacidade produtiva nacional permita.

Um aspecto importante de ser sublinhado é o fato de que os Apls, na visão de IASTreS e cASSIolAto (2003), também contemplam as pequenas e médias empresas, que poderão, dependendo da sua integração ou organização e da existência de cooperação relacionada à atividade principal do conjunto dessas empresas, vir a se constituir num Apl. A lógica desse processo está na obtenção local de economias de escala, fruto do aumento da capacidade produtiva e competitiva das empresas, e na busca pela redução de custos dos insumos.

IAStreS e cASSIolAto (2003) salientam que a capacidade de acumulação e transferência do conhecimento (tácito ou tecnológico) é outro efeito positivo dos APLs. A transferência desse conhecimento culmina em uma maior quantidade de informação disponível aos empresários locais, o qual terá impacto direto nas decisões dos mesmos, sobre investimento, tanto em novos mercados quanto ao lançamento de novos produtos, ou até mesmo a mudança do processo produtivo utilizado. Dessa forma, há uma redução do custo individual de cada firma.

o conhecimento e a disponibilidade de mão de obra capacitada contribuem para a formação de APLs, nas regiões onde ocorre concentração de pequenas firmas. É importante salientar que o termo APLs se refere à concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço. Nesse caso, não importa o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou até mesmo, terciário, variando, desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos com elevado conteúdo tecnológico (MYTELKA e FARINELLI, 2000).

IAStreS e cASSIolAto (2005, p. 329) sublinham que a concentração de empresas de atividades semelhantes, em um mesmo território, configura um APL, caso elas apresentem, as seguintes características:

a) dimensão territorial – é um espaço onde ocorrem processos de produção e de trabalho, definidos a partir e por relações jurídicas, políticas, econômicas, sociais e institucionais, caracterizado por algum tipo de governança. Por esta definição, os APLs compreendem um recorte do espaço geográfico que tenha algum tipo de identidade coletiva, alguma capacidade (mesmo potencial) de promover projetos convergentes à região e capaz de realizar e implementar parcerias entre os atores de dentro e fora do território;

b) diversidade de atividades, e atores econômicos, sociais e institucionais – normalmente nos Apls mais estruturados pode ocorrer uma maior participação e interação entre as empresas e entre estas e as instituições de apoio e suporte. mas não é a existência de inúmeras atividades e instituições de apoio e suporte na região é que forma um APL. Podem existir estes atores em um espaço econômico sem que se caracterizem com um Apl. o que caracteriza o que seja um APL é o grau de interação, eficiência e aprendizado coletivo.

c) Conhecimento tácito – a difusão do conhecimento coletivo é importante para a formação e consolidação dos Apls, pois o saber tecnológico, comercial e produtivo, estão incorporados no saber individual da empresa e do trabalhador. Nem sempre este saber é transferível ou decodificado para ser transmitido para outras empresas e trabalhadores. A proximidade espacial aliada a um processo de interação a partir da identidade cultural, social e empresarial pode facilitar a circulação de conhecimento e informação intra e inter empresas, podendo vir a constituir-se em vantagem competitiva a quem tem este procedimento, alavancagem comercial, tecnológica e produtiva.

d) Inovação e aprendizado interativo – a capacidade de inovar é uma das principais formas de modernizar processos, produtos e gestão empresarial institucional. o aprendizado interativo (coletivo) constitui-se em um importante mecanismo de absorção, aplicação, desenvolvimento e aprimoramento de conhecimentos produtivos e de gestão, capazes de dar um suporte adequado ao aumento da capacidade competitiva endógena aos diversos atores locais.

e) Governança – trata-se de um processo formal de coordenação dos diversos atores econômicos, sociais, culturais e institucionais nas esferas pública e privada, em níveis locais e regionais. Normalmente, esta função de governança pode ser desempenhada pelo estado, mas não sozinho ou de maneira a isolar os demais atores e pode ser partilhada com outras instituições de apoio e suporte.

Embora estes itens sejam característicos dos APLs, existe uma diversidade de formas e dinâmicas de funcionamento dos Apls, as quais retratam as condições locais de territorialidade, com variações no tipo e na intensidade de inserção das diversas inter-relações entre empresas e entre estas e o tecido institucional público e privado.

CASSIOLATO e SZAPIRO (2003) e HADDAD (2004), salientam que para o desenvolvimento de um Apl, em um dado território geográfico, é condição necessária já existir um embrião produtivo, além de algumas condições prévias, tais como: significativo número de empresas; especialização das empresas em determinada atividade produtiva; existência de mão de obra local qualificada e reconhecida por usar esta qua-

lificação; existência de atividades correlacionadas, a montante e a jusante da cadeia produtiva; articulação do sistema local com o exterior, tanto para escoar a produção quanto para captar os novos desenvolvimentos tecnológicos; fortes interdependências entre empresas e demais agentes; existência de uma comunidade e forte identidade local ou regional que favoreçam a cooperação, solidariedade e reciprocidade; presença de instituições locais comunitárias e públicas capazes de compreender e sustentar o sistema, de promover seu desenvolvimento, favorecendo a inovação; massa crítica de fornecedores locais de componentes e de serviços que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade dos produtos e da eficiência dos processos de produção; local onde se possam receber fluxos atualizados de informações especializadas, sobre tecnologia e características dos clientes, além de se inter-relacionarem com outros participantes na promoção do desenvolvimento local.

torna-se importante salientar que todas essas características descritas acima mostram que os Apls, dependendo do seu grau de sofisticação e eficiência, podem proporcionar um patamar mais elevado de competitividade não só das empresas, como também do conjunto das atividades em que estão inseridas. Nesse sentido, as externalidades positivas almejadas são geradas internamente e também para o conjunto da economia.

Ao fomentar uma cultura assentada na cooperação entre os diversos agentes, o associativismo, objeto da próxima seção, pode vir a contribuir para a constituição e o desenvolvimento das vantagens competitivas de um APL, que neste contexto poderá gerar as externalidades positivas, frutos da economia de aglomeração, tão necessárias e desejadas.

Associativismo

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzidas em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social, através da união. A esse respeito frAntz (2002, p. 1) destaca:

[...] associativismo, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Neste sentido, o associativismo pode ser entendido como estratégia para melhoria das condições de vida da população, sendo o desenvolvimento um processo também fundado em relações sociais associativas.

A primeira forma manifesta de associativismo aconteceu em Rochdale-Manchester na Inglaterra no final do século XVI, no início da Revolução Industrial, formado por um grupo de 28 trabalhadores que decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana, na fundação de uma loja (SINGER, 1998). Segundo a história, a associação de pessoas visando interesses econômicos não é uma característica contemporânea.

O associativismo pode ser definido como uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia (cANterle, 2004).

Ao conceito de associativismo está ligada a idéia de vivência coletiva, de novas experiências e enriquecimento de conhecimentos. tendo em conta este conceito e atendendo o que se vive em uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista, as associações apresentam-se como um espaço de ajuda mútua a seus associados.

Numa definição ampla, o associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos. A organização associativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, e interesses. da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, constituindo-se em processos de aprendizagem, interação e compartilhamento dos interesses e problemas comuns (AvrItzer, 2004).

Para AVRITZER (2004), o fomento ao associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento no sentido que a organização associativa fornece os instrumentais aos atores individuais e passa a ser a força indutora para incorporar novos conhecimentos, que culmina em uma sinergia nos processos de inovação e aperfeiçoamento. Além disso, esse autor sublinha que os atores sociais mais importantes não são os cidadãos individualmente, mas as corporações em que se envolvem e cuja atuação passa a depender em grande medida dos interesses pessoais envolvidos. Dessa forma, a associação expressa uma relação social dinâmica, e em movimento, como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando coma idéia de desenvolvimento.

o associativismo é uma questão primária para o potencial de emancipação e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. AleNcAr (1997) afirma que o associativismo representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Através dessa forma de representatividade abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Incentivar a formação de associações tornando-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a ação individual, sem, contudo, excluí-la.

No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas, traduzidas em conhecimento da realidade, e da capacidade de atuação coletiva, sobre essa realidade (frAntz, 2002). para ArrudA apud frAntz (2002):

Conforme RODRIGUES apud CANTERLE (2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

um aspecto importante de ser mencionado é o do associativismo rural. Nesse caso, as associações de produtores podem surgir de várias maneiras. Algumas podem ser criadas espontaneamente pelos próprios agricultores, enquanto outras, de acordo com bASSo (1993) apud lAzzArotto (2007), surgem pela indução de agentes externos, como o Estado, agências de desenvolvimento e organizações não governamentais. Por meio dos agentes externos podem ser disponibilizados recursos para o grupo de agricultores, desencadeando o processo de formação associativista, uma vez que se pode mobilizar o início da ação coletiva (mIrAndA, 1998 apud lAzzArotto, 2007).

para a viabilização do associativismo, Souza (1996) apud LAZZAROTTO (2007) afirma que se devem observar três princípios fundamentais: 1) a definição apurada e sistemática de

interesses comuns;2) o respeito às limitações e possibilidades de cada um e3) o aprofundamento e avaliação.

Ao referir os fatores fundamentais para viabilidade das associações rurais, MUENCHEN (1996) ressalta que para a obtenção de sucesso ao longo do tempo há necessidade de observar e sanar dois importantes problemas que comumente ocorrem: 1) a passagem do individual para o coletivo, pois o agricultor, individualmente, apresenta certos hábitos, determinado nível de cultura e desconhecimento, que na associação se transforma no coletivo; 2) cuidado especial com a gestão dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, pois este conjunto determinará o sucesso do empreendimento associativo.

Assim, percebe-se que são vários os pontos a serem observados e avaliados para o sucesso de uma associação, pois a não observação e cuidados com determinados aspectos pode inviabilizar o associativismo. Além disso, é importante salientar que é bastante comum os termos associativismo e cooperativismo serem utilizados como sinônimos. entretanto,

ambos os termos apresentam características jurídicas distintas e próprias, que são relativas às suas classificações como organizações previstas no direito brasileiro.

De um modo geral, a diferença entre uma organização associativa e uma cooperada basicamente se situa no amparo legal que possuem as organizações cooperativas em realizar transações econômicas (atos de comércio, acesso à crédito e financiamentos). De uma maneira simplista, pode-se afirmar que a principal função de uma associação é a organização e representação coletiva dos interesses de seus afiliados, ao passo que uma cooperativa já possui uma concepção diretamente relacionada à defesa dos interesses econômicos de seus membros.

Síntese dos Métodos de Associativismo e de Desenvolvimento Local.

este tópico apresenta síntese (quadro 1), dos conceitos abordados na revisão da literatura para proporcionar visão abrangente do escopo identificado sobre associativismo e desenvolvimento local.

Quadro 1
Síntese da Revisão da Literatura

DESENVOLVIMENTO LOCAL / ASSOCIATIVISMO	Autor (es)	Artigo, Livro, Tese, Dissertação, Veículo de Publicação	Conceitos
DESENVOLVIMENTO LOCAL	BUARQUE, S.C.	BUARQUE, S.C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.	Processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.
DESENVOLVIMENTO LOCAL	ZAPATA, T.	ZAPATA, T. <i>et al.</i> Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. (Rio de Janeiro: Ritz, 2001).	Processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população.
DESENVOLVIMENTO LOCAL	BUARQUE, S.C.	BUARQUE, S.C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.	"Desenvolvimento local" refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, não sendo possível separar a interdependência existente entre todas essas variáveis.
DESENVOLVIMENTO LOCAL	SILVEIRA, C.M.	SILVEIRA, C.M. Desenvolvimento local: uma hipótese política. <i>In:</i> SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs.). Territórios produtivos: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.	Os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à perspectiva do desenvolvimento local, não é o <i>protagonismo</i> do Estado ou das grandes instituições: é, seguramente, o <i>protagonismo</i> local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu próprio projeto de mudança, como sujeitos de seu desenvolvimento, através da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.
DESENVOLVIMENTO LOCAL	PRÉVOST, P.	PRÉVOST, P. As dimensões e processos do desenvolvimento das coletividades locais. Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento Local", 9 e 10 de Novembro de 2005. Curitiba.	O desenvolvimento local somente se torna possível na medida em que os agentes locais sejam o centro do desenvolvimento, ou seja, todas as forças indutoras do desenvolvimento deverão ser focadas no intuito de valorizar os potenciais locais dinamizando e estimulando as iniciativas econômicas já existentes, através da coerência dos atores envolvidos e da capacidade desses, em associar de modo harmônico um conjunto variado de processos e elementos, que sejam comuns a todos.

DESENVOLVIMENTO LOCAL	BOISIER, S. <i>In:</i> BECKER, F. BANDEIRA, S.P. (Orgs)	BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿Dé qué estamos hablando? <i>In:</i> BECKER, F; BANDEIRA, S.P. (Orgs). Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.	Processo de crescimento econômico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria no nível da qualidade de vida da população local, no qual se podem identificar três dimensões: econômica, sociocultural e político-administrativa.
DESENVOLVIMENTO LOCAL	MOURE-ERASO, Rafael	MOURE-ERASO, Rafael. Development models, sustainability and occupational and environmental health in the Americas: neoliberalism versus sustainable theories of development. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, Jan. 2003. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400025&lng=en&nrm=iso Acessado em 03 Out. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400025	Os requisitos de desenvolvimento local imprescindíveis, considerando-se as premissas da sustentabilidade, são três condições: estabelecimento de governança, aquisição de força social e plano concreto de ação.
ASSOCIATIVISMO	CANTERLE, N.M.G.	CANTERLE, N.M.G. O associativismo e sua relação com o desenvolvimento. Francisco Beltrão-Pr.: Unioeste, 2004. Disponível em: www.unioeste.br	Pode ser definido como uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia.
ASSOCIATIVISMO	AVRITZER, L.	AVRITZER, L. Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil. <i>In:</i> O novo associativismo brasileiro. Relatório substantivo final: FORD/ANPOCS, 2004.	É qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos. A organização associativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, e interesses. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, constituindo-se em processos de aprendizagem, interação e compartilhamento dos interesses e problemas comuns.
ASSOCIATIVISMO	FRANTZ, W.	FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html	"[...] associativismo, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida".
ASSOCIATIVISMO	ALENCAR, E.	ALENCAR, E. Associativismo rural e participação. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997	Representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Através dessa forma de representatividade abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Incentivar a formação de associações tornando-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a ação individual, sem, contudo, excluí-la.
ASSOCIATIVISMO	FRANTZ, W.	FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html	Contém o desenvolvimento local. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor. "O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas".
ASSOCIATIVISMO	FRANTZ, W.	FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html .	É imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas, traduzidas em conhecimento da realidade, e da capacidade de atuação coletiva, sobre essa realidade.
ASSOCIATIVISMO	CANTERLE, N.M.G.	CANTERLE, N.M.G. O associativismo e sua relação com o desenvolvimento. Francisco Beltrão-Pr.:Unioeste, 2004. Disponível em: www.unioeste.br	As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Método de pesquisa

A Pesquisa que se desenvolve neste trabalho classifica-se como descritiva, que tem como objeto de estudo o associativismo e suas implicações no desenvolvimento regional. Inicia-se com um levantamento bibliográfico sobre os principais modelos. O passo seguinte consistiu na coleta de dados, realizada a partir de entrevistas em campo, com o intuito de apresentar resposta à questão central da pesquisa. A coleta de dados foi realizada com a presença do entrevistador no campo, o que propicia melhor compreensão das questões e respostas.

este artigo compara métodos e práticas de associativismo e de desenvolvimento local. o caso analisado é o da Amop — Associação de moradores da comunidade de palmeiras, mimoso do Sul, estado do espírito Santo, brasil.

Estudo de caso: Associação de Produtores Rurais de Palmeiras, em Mimoso do Sul, sul do Espírito Santo.

A Amop (Associação dos produtores rurais de palmeiras) possui hoje cerca de 40 associados e surgiu da necessidade dos agricultores da comunidade rural de mimoso do Sul em

buscar eficiência e competitividade na comercialização do café “conilon” e outros cultivos.

A questão central deste estudo de caso é registrar as práticas de associativismo: a experiência da Associação dos Produtores Rurais de Palmeiras, onde os laços cooperativos se transformaram no principal fator de desenvolvimento econômico local.

Descrição do Caso Estudado

O sul do estado do Espírito Santo é rico em experiências no ambiente produtivo agrícola. uma delas é a da Associação de produtores rurais de palmeiras (Amop), em mimoso do Sul. Uma experiência associativista executada com responsabilidade e eficiência. Cerca de quarenta famílias (mais de 200 pessoas) formam a Associação que, por sua gestão e organização, conseguiu resultados em produtividade e em qualidade de vida.

de acordo com uma das lideranças da comunidade rural, “tudo em palmeiras tem a ver com suas raízes, histórias e tradições”. As propriedades começaram a se formar pelos idos de 1910, mas os cultivos se desenvolveram a partir da década de 50. os produtores têm, basicamente, a mesma estrutura e condição financeira. Os principais cultivos são banana e, principalmente, café “conilon”, produto mais importante da região. As propriedades são pequenas e variam em torno de três a cinco hectares. Iniciou-se recentemente um trabalho no grupo de estímulo à fruticultura principalmente de manga, goiaba e acerola visando à produção e a comercialização de polpa de fruta concentrada. O propósito foi trabalhar com no plantio do café, no qual a plantação é individualizada, por propriedade, e a comercialização realizada pela associação.

As propriedades têm administração independente e cultivos distintos e quando há interesse comum de toda a comunidade, algumas tarefas são desempenhadas em cooperação. A colheita de café é um momento em que a ajuda se fortalece ainda mais, em esquema de mutirão. A ordem da colheita ou da secagem do café, por exemplo, sempre se decide por sorteio, para não haver privilégio para ninguém. o atual presidente da Amop é um jovem com pouco mais de 30 anos de idade, que faz parte da segunda geração de associados. esse associado, assim como outros associados, é filho de fundadores da Associação. A forte religiosidade da comunidade sempre uniu o grupo. Acostumados às reuniões da comunidade católica, os produtores já tinham por hábito participar das celebrações e estudos bíblicos em grupos.

Governança e Avaliação dos Resultados

todas as decisões do grupo são resolvidas em reuniões, sem exceção, sejam sobre captação de recursos, projetos, aquisição de equipamento e até contratação de serviços. Há a consciência de quem nem tudo é importante para a comunidade. Por exemplo, há pouco tempo foi oferecido um trator muito potente, mas com o relevo acidentado, não serviria para todos. com certeza atenderia muito mais a outra comunidade. querem aproveitar ao máximo o que se precisa e o que será útil para todos. Existem prioridades já eleitas por todo o grupo.

O início da Associação

quem vive em palmeiras sabe como a história da comunidade foi importante para promover tamanha transformação. No passado tudo era muito difícil. Muito trabalho, mas pouco dinheiro. Trabalhava-se de forma desorganizada e sem produtividade. As transformações em Palmeiras começaram em 1991, ano em que um madeireiro de fora da cidade comprou um lote de terra e começou a cortar árvores no alto do morro. o

desmatamento, que colocava em risco as nascentes e os rios da comunidade, gerou uma reação. Foi feito um abaixo-assinado e se conseguiu envolver órgãos que pudessem ajudar. em uma semana, conseguimos evitou-se a derrubada.

Além de salvar as nascentes, a reação dos agricultores marcou uma mudança de atitude. pela primeira vez, eles agiram em grupo. No início, a associação, fundada em 1992, enfrentou dificuldades. Como a experiência era nova, muitas pessoas desconfiavam desse tipo de trabalho. Aos poucos, com muitas conversas, acertos e erros, as reuniões foram ficando cheias e o resultado apareceu.

Na primeira mudança, os agricultores começaram a trabalhar nas lavouras em um esquema de mutirão. trabalhando em grupo os vizinhos não precisavam mais gastar com mão de obra na hora da colheita. motivados pelo novo ambiente de trabalho, os agricultores decidiram resolver a questão da baixa produtividade das lavouras de café, outro problema sério da comunidade. Para isso entraram em contato com entidades de pesquisa e assistência técnica da região. os agricultores passaram a receber visitas regulares de agrônomos e técnicos. Foi uma fase de aprendizado. Naquele tempo, as lavouras eram antigas e pouco adensadas. As plantas tinham muita praga e davam pouco café. As melhorias causaram uma disparada na produtividade das lavouras. Antes, os agricultores não colhiam mais do que dez sacas por hectare. Hoje, a colheita, na mesma área, passa facilmente de 70 sacas. As primeiras conquistas ligadas à associação foram tão positivas que acabaram mudando o ânimo de toda a comunidade. muitos jovens agricultores, que já tinham largado o estudo, resolveram voltar para a escola e se formar no ensino médio.

Desenvolvimento Local: Práticas de Associativismo

Outra grande dificuldade dos agricultores de Palmeiras era a comercialização eficaz da produção de café. Cada família comercializava as suas sacas por conta própria. como o volume era pequeno, os atravessadores desvalorizavam o grão. A virada começou quando a associação entrou em contato com o Cetcaf, Centro Tecnológico do Café, uma organização não governamental que faz pesquisa e transferência de tecnologia. O objetivo foi montar uma unidade moderna de beneficiamento que permitisse tanto o trabalho em grupo quanto a melhoria da qualidade do café. A comercialização do café também passou a ser feita de maneira coletiva, o que garante preços melhores. Além do ganho extra pela qualidade, o agricultor diz que, de uns anos pra cá, o café da comunidade passou a ser exportado para a europa com um selo social, o que aumenta ainda mais o preço do produto. O chamado fair trade (comércio justo ou comércio solidário), foi apreendido em um projeto da Cafesul, a principal cooperativa de café da região. Para garantir o selo “fair trade”, os agricultores têm que manter crianças na escola, cumprir as leis trabalhistas e adotar práticas responsáveis quanto ao meio ambiente. A associação decidiu diversificar e desenvolver novas fontes de renda para a comunidade. As agricultoras da comunidade começaram a fazer cursos de industrialização, com produção caseira. A idéia foi produzir pães, bolos, geléias e doces de maneira profissional.

Os agricultores de Palmeiras também fabricam biscoitos e bolos, polpa de fruta e doces variados. Além de vender a produção em feiras e mercados locais, a comunidade também conta o pAA - programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. O projeto, mantido pelo governo federal, garante a compra de produtos de pequenos produtores em todo o Brasil. Ao longo dos anos, os agricultores da associação não investiram

apenas em atividades produtivas, como agricultura e agroindústria. A comunidade também se envolveu com outras mudanças de comportamento ligadas ao meio ambiente e à qualidade de vida. O trabalho regular de coleta do lixo propiciou que as propriedades da comunidade se apresentassem mais limpas. todo material recolhido e vendido para um centro de reciclagem transformou-se em fonte de renda. O dinheiro é aproveitado em projetos da associação ou em melhorias para a comunidade.

Outra mudança fundamental foi resolver o problema do esgoto doméstico. Até alguns anos, todo material que saía das casas dos agricultores era despejado no rio da comunidade. A solução veio com a construção de fossas sépticas nos 40 sítios de Palmeiras. O projeto foi pago pela Fundação Banco do Brasil, outra entidade pública atraída pela associação. circulando por caixas enterradas, o esgoto é filtrado e passa por um tratamento. O líquido que sai no final é uma água meio amarelada que tem 95% de pureza. vale lembrar que com essa implantação, 220 famílias deixaram de poluir os córregos do lençol freático, os seus próprios quintais e, além disso, ainda usam o efluente, ou seja, a água que é liberada no processo, como adubo orgânico.

A sala de informática, desenvolvida em 2009, é o resultado da capacidade dos agricultores de aproveitar oportunidades e projetos. As melhorias na educação, no meio ambiente e nas atividades produtivas proporcionaram aos agricultores qualidade de vida. Nos últimos quatro ou cinco anos, todas as casas foram reformadas ou ampliadas. As famílias adquiriram móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos. considerando-se a produção de café, banana, agroindústria e outras fontes de renda, cada família da comunidade obtém renda mensal de aproximadamente R\$ 2,5 mil por mês (2013), deduzidos os custos de produção.

Comparação entre os modelos e práticas identificadas na pesquisa de campo.

o quadro 2 apresenta a síntese das práticas de desenvolvimento regional na Associação dos produtores rurais de Palmeiras, identificadas na etapa de análise documental e de observação em campo, comparados com os modelos teóricos.

No quadro 2 podem ser identificadas diferenças entre os modelos teóricos e as práticas de desenvolvimento regional

Quadro 1
Síntese da Revisão da Literatura

DESENVOLVIMENTO LOCAL / ASSOCIATIVISMO	MODELOS (Revisão de Literatura)	Fontes de Evidências das Práticas de Gestão na Associação dos Produtores Rurais de Palmeiras		
		Entrevistas	Observação	Documentos
DESENVOLVIMENTO LOCAL	1 – Processo de crescimento econômico e de câmbio estrutural que conduz a uma melhoria no nível da qualidade de vida da população local, no qual se podem identificar três dimensões: econômica, sociocultural e político administrativa.	SIM	SIM	SIM
DESENVOLVIMENTO LOCAL	2 – Processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.	SIM	SIM	NÃO
DESENVOLVIMENTO LOCAL	3 – Processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população.	SIM	SIM	SIM
DESENVOLVIMENTO LOCAL	4 – “Desenvolvimento local”, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, não sendo possível separar a interdependência existente entre todas essas variáveis.	NÃO	NÃO	NÃO
DESENVOLVIMENTO LOCAL	5 – Os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à perspectiva do desenvolvimento local, não é o protagonismo do Estado ou das grandes instituições: é, seguramente, o protagonismo local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu próprio projeto de mudança, como sujeitos de seu desenvolvimento, através da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.	SIM	SIM	NÃO
DESENVOLVIMENTO LOCAL	6 – O desenvolvimento local somente se torna possível na medida em que os agentes locais sejam o centro do desenvolvimento, ou seja, todas as forças indutoras do desenvolvimento deverão ser focadas no intuito de valorizar os potenciais locais dinamizando e estimulando as iniciativas econômicas já existentes, através da coerência dos atores envolvidos e da capacidade desses, em associar de modo harmônico um conjunto variado de processos e elementos, que sejam comuns a todos.	NÃO	NÃO	NÃO
ASSOCIATIVISMO	7 – “[...] associativismo, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida”.	NÃO	SIM	NÃO

ASSOCIATIVISMO	8 – Pode ser definido como uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia.	SIM	SIM	NÃO
ASSOCIATIVISMO	9 – É qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos. A organização associativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, e interesses. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, constituindo-se em processos de aprendizagem, interação e compartilhamento dos interesses e problemas comuns.	SIM	SIM	NÃO
ASSOCIATIVISMO	10 – Representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Através dessa forma de representatividade abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Incentivar a formação de associações tornando-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a ação individual, sem, contudo, excluí-la.	NÃO	NÃO	NÃO
ASSOCIATIVISMO	11 – Contém o desenvolvimento local. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor. "O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas".	NÃO	SIM	NÃO
ASSOCIATIVISMO	12 – É imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas, traduzidas em conhecimento da realidade, e da capacidade de atuação coletiva, sobre essa realidade.	NÃO	SIM	NÃO
ASSOCIATIVISMO	13 – As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.	NÃO	NÃO	NÃO

utilizadas pela Associação dos Produtores Rurais de Palmeiras. A integração é prejudicada pela fragmentação dos agentes intervenientes no desenvolvimento local. Propõe-se a adoção, para categorização dos conceitos e práticas de desenvolvimento local e associativismo, o modelo de MOURE-ERASO (2003): os requisitos de desenvolvimento local imprescindíveis, considerando-se as premissas da sustentabilidade, são três condições.

a) Estabelecimento de mecanismos de governança

– Constata-se no conceito de governança organizacional a importância dos relacionamentos entre organizações e seus stakeholders baseados em aspectos de cooperação, confiança e reciprocidade e, principalmente na ação de inclusão de novos atores e suas expectativas. Governança, segundo Born (2012), refere-se ao conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir objetivos comuns. A governança, neste conceito, abrange tanto mecanismos governamentais como informais e/ou não estatais. Significa a capacidade social (os sistemas, seus instrumentos e instituições) de dar rumo, ou seja, orientar condutas dos estados, das empresas, das pessoas em torno de certos valores e objetivos de longo prazo para a sociedade. Born (2012) apresenta definição de governança mais abrangente, que engloba a capacidade dos estados, empresas e das pessoas de atingir determinados objetivos de longo prazo para a sociedade. A proposta de Braganza e Lambert (2000) inclui um framework que busca alinhar governança com processos de negócio, com uma base prática para discussão das responsabilidades e decisões nos níveis estratégicos e operacionais. A governança será efetiva onde as necessidades dos stakeholders internos e externos são reconhecidas explicitamente, onde é relevante para as atividades que as pessoas desempenham, e onde é considerada de forma transversal.

b) Aquisição de poder social – Para promover um modelo de desenvolvimento centrado nos direitos humanos onde

a comunidade social e os fatores ambientais são considerados simultaneamente e com a mesma prioridade de fatores econômicos, transformação cultural e redefinição de valores são necessárias. O processo de construção de uma teoria alternativa social e política e sua aplicação a uma nova ordem é o que é definido como a aquisição do "poder social".

c) Roteiro para a ação – Todas as sociedades priorizam viver em um ambiente limpo. Países pobres e ricos consideram isto um imperativo. A ONU tem compreendido este desejo humano e articulou por meio de documentos e declarações este desejo universal (Brundtland, 1987, UNEP, 1992). Essa é a base da teoria do desenvolvimento sustentável e pode ser a chave para os movimentos de mudança da sociedade. É necessária definição de políticas e tecnologias que viabilizem a implementação de tal modelo. As políticas e tecnologias são: prevenção da poluição, redução do uso de tóxicos, a produção sustentável, química verde, engenharia ambiental, planejamento para sustentabilidade, análise de ciclo de vida, projeto para o meio ambiente, entre outros. Estas são conhecidas como as Tecnologias Ambientais da Próxima Geração (NGETs) (Rand, 2003): todas têm como objetivo final a Produção Mais Limpa.

Considerações finais e recomendações para futuras pesquisas

Apresentaram-se como questões de pesquisa, para direcionar os estudos neste artigo:

a) quais são os modelos e as práticas para o desenvolvimento local, associadas à gestão sustentável?

b) Quais são os requisitos necessários à eficácia do desenvolvimento local?

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver comparação entre os métodos e as práticas de associativismo visando o desenvolvimento local, incluindo as premissas da sustentabilidade. Esta comparação contribui para ampliar o conhecimento sobre o tema, auxiliar na compreensão das características do contexto que aumentam ou diminuem a eficácia dos resultados. O caso analisado foi o de uma comunidade rural. Constata-se

que a viabilização do desenvolvimento se dará naquelas localidades nas quais houver capacidade de mobilização de suas vantagens comparativas num processo que demanda não só geração de novos conhecimentos, como também aprendizado, sendo que este depende, além do conhecimento, das condições de suporte e da infra-estrutura, fundamentalmente da cooperação. De fato, a cooperação vem a ser um fator-chave para o potencial competitivo de uma localidade, uma vez que ela está baseada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso. Outro aspecto ressaltado neste trabalho foi o de que o associativismo, principalmente em função dos seus fortes laços cooperativos, pode exercer um papel relevante no processo de desenvolvimento social. constatou-se através de evidências teóricas e de práticas de desenvolvimento regional que o associativismo é um importante fator para o desenvolvimento econômico local. pôde-se concluir que o associativismo, apresenta evidências de contribuir conceitualmente para o desenvolvimento econômico local em função de suas próprias características, principalmente os fortes laços cooperativos desenvolvidos entre os associados, que preenchem lacunas no conceito de Arranjo produtivo local (Apl). ressalta-se que na comparação entre os conceitos teóricos e as práticas identificadas na pesquisa de campo, algumas diferenças foram percebidas. Admite-se, assim que a promoção do desenvolvimento de um determinado local seja feita de forma que beneficie a sociedade sem, entretanto, comprometer as condições das gerações futuras e, ainda, que este desenvolvimento possibilite que esta mesma sociedade recolha seus dividendos econômicos, sociais e ambientais. Este artigo pretende contribuir para o aperfeiçoamento das premissas dos arranjos produtivos locais para que se tornem consistentes e compatíveis com a realidade sócio econômica. entende-se que a aplicação dos métodos de associativismo e desenvolvimento local analisados possibilite a formulação de informações para estratégias competitivas e de orientação para políticas públicas, visando o desenvolvimento local, através da valorização do potencial econômico e utilização adequada dos recursos naturais. conclui-se que os requisitos de desenvolvimento local imprescindíveis, considerando-se as premissas da sustentabilidade, são três condições: estabelecimento de governança, aquisição de força social e plano concreto de ação. Novas pesquisas podem ser realizadas em outros casos e estabelecer comparações em relação aos desempenhos econômicos, sociais, culturais e ambientais de modelos de desenvolvimento local aplicados.

Referências

- AleNcAr, e. *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/fAepe, 1997.
- AvrItzer, I. *Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil*. In: o novo associativismo brasileiro. Relatório substantivo final: FORD/ANPOCS, 2004.
- bANdEIrA, p. *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*; Brasília, 1999; Instituto de pesquisa econômica Aplicada. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0630.pdf
- boISler, S. *Desarrollo (local): ¿Dé qué estamos hablando?* In: BECKER, F; BANDEIRA, S.P. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa cruz do Sul: edunisc, 2000.
- BORN, R. H., *Rio+20, Economia verde e governança do desenvolvimento*

sustentável: desafios associados às políticas públicas e construção de um mundo justo e saudável. 2011. Disponível em www.vitaecivilis.org.br Acesso em: 05/11/2012.

BORN, R. H., *Governança e sustentabilidade: desafios planetários para organizações não governamentais. A participação de organizações da sociedade civil em processos, conferências e instâncias globais a locais para o desenvolvimento sustentável*. São paulo, vitae civilis, no prelo. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/index.php/br/temas/governanca> Acesso em 15/10/2012.

brAgANzA, A., lAmbert, r., *“Strategic Integration: Developing Process Governance Framework”*. Knowledge and Process Management. v. 7, n. 3, pp. 177-186, 2000.

bruNdtlANd report. *Our common future*. Oxford University Press, Oxford, UK. 1987.

buArque, S.c. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. 2. ed. rio de janeiro: garamond, 2004.

cAmpoS, márcia maria da cruz de. *Processo de desenvolvimento local: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente*. 173 p. (dissertação de mestrado em Administração). escola de Administração da universidade federal da bahia. Salvador, 2003.

cANterle, N.m.g. *O associativismo e sua relação com o desenvolvimento*. francisco beltrão-pr.: unioeste, 2004. disponível em: www.unioeste.br. Acesso em: 05/03/2012.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas*. In: lASTreS, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; Maciel, M. L. (org.), *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. relumedumará editora, capítulo 1, julho 2003.

cASSIolAto, j.e.; SzApIro, m. *Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas*. In: LASTRES, H. m.m.; cASSIolAto, j. e.; mAcIel, m. l. (org.), *pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. relumedumará editora. rio de janeiro: ufrj; Instituto de economia, 2003. p. 35-50.

FRANTZ, Walter. *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*, 2002. Disponível em: <http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>.

furtAdo, c. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São paulo: companhia editora Nacional, 2005.

HADDAD, P.R. *Texto de Referência da Palestra sobre Cultura Local e Associativismo*. In texto apresentado no Seminário do BNDS sobre Arranjos produtivos locais. bNdeS, Setembro de 2004.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E, *Desafios e oportunidades para o aprendizado em sistemas produtivos e inovativos na América Latina*. In: dINiz, c.c.; lemoS, m.b. (org.). *economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 321-340.

mANÇANo, rosângela verri, *O associativismo como fator de desenvolvimento econômico*. curitiba, 2008. dissertação apresentada no Curso de Mestrado Profissionalizante da Universidade federal do paraná.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: Tratado introdutório*. São paulo: Abril cultural, 1982. v.1.

MOURE-ERASO, Rafael. *Development models, sustainability and occupational and environmental health in the Americas: neoliberalism versus sustainable theories of development*. ciência saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, Jan. 2003. Disponível em: www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400025&lng=en&nrm=iso. Acessado em 03 Out. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400025>

MUENCHEN, J. V. *O planejamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores*. piracicaba: eSAIq (dissertação de mestrado), 1996.

MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. *Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness*. Nota técnica 5 do projeto: Arranjos e Sistemas produtivos.

- locais e as Novas políticas de desenvolvimento Industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.
- pNud - programa das Nações unidas para o desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. pNud, 2000. portal de Notícias G1, <http://m.g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/07/trabalho-em-grupo-transforma-vida-de-pequenos-produtores-no-es?hash=2>, publicado em 22.07.2012.
- prÉvoSt, p. . *As dimensões e processos do desenvolvimento das coletividades locais*. Seminário “cooperativismo e desenvolvimento local”, 9 e 10 de Novembro de 2005. curitiba.
- rAnd 2003. robert lempert, parry Norling, christopher pernin, Susan Resetar, and SergejMahnovski. *Next Generation Environmental Technologies: Benefits and Barriers*. rand report to the u.S. congress Office of Science and Technology Policy 2003. <http://www.rand.org/publications/MR/MR1682/index.html>
- redeSIS – rede de pesquisa em Sistemas produtivos e Inovativos locais. *Estratégias Locais*. <http://www.ie.ufrj.br/redesist/publica.html> acesso em: 14/06/2012.
- revIStA SAfrA eS, *Associativismo e Desenvolvimento*. editora Contexto, Ed. 6, fevereiro 2013.
- SebrAe, Serviço brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas. *Empresas em Arranjos Produtivos Locais*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br> Acesso em: 19/12/2012.
- SerrA, m.A. & p AulA, N.m. de *Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais*. In: melo, R. L. de & HANSEN, D.L. (orgs.), *Desenvolvimento Regional: novas e velhas questões*, Aracaju: editora da ufs, 2007.
- SilveIrA, c.m. *Desenvolvimento local: uma hipótese política*. In: SILvA, g.; cocco, g. (orgs.). *territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SebrAe, 2006.
- Singer, p. . *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. rio de janeiro. vozes. 1998.
- SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. *Sistemas Locais de Produção/ Inovação: metodologia para identificação, estudos de casos e sugestões de políticas*. In: dINIZ, c. c.; lemoS, m.b. (org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.287-320.
- vArgAS, m. *Proximidade Territorial, Aprendizado e Inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ 2002. (tese de doutorado).
- zApAtA, t. et al. *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos*. rio de janeiro: ritz, 2001.